

08 JUL 1998

NELSON OLIVEIRA

30 JUL 1998

Pobre economia popular

↑ Brasil

O presidente Fernando Henrique e seus auxiliares ostentam com muito garbo as conquistas do Plano Real, sendo a principal delas a estabilidade da moeda. Com a redução drástica da inflação, o dinheiro do pobre parou de sofrer a corrosão diária provocada pelo aumento generalizado e continuado de preços. É um mérito inegável. Tanto assim que até os oposicionistas em campanha eleitoral deixam bem claro: o fim da inflação é uma conquista do país que não pode ser posta em risco.

Faz parte do mesmo plano, entretanto, a manutenção dos juros num nível tão alto que também se pode afirmar sem sombra de dúvida: foi criado um outro instrumento de corrosão. O dinheiro do pobre continua sendo sugado, agora para os cofres do sistema financeiro e dos agiotas legalizados.

Só recentemente, depois do endividamento em massa da população, o governo resolveu agir fiscalizando lojas que não exibem convenientemente as condições de financiamento. Punições estão sendo prometidas, e não se espera menos do que isso. Espera-se, é verdade, ação mais radical do governo,

de preferência em conjunto com organizações sociais para que algum tipo de esclarecimento permanente seja dado aos consumidores em dúvida sobre que decisão tomar na hora das compras. Algo como um telefone 0800 por meio do qual se faça a conferência dos juros no ato da compra.

Durante muito tempo o governo agiu como se nada estivesse acontecendo. Ou melhor, de vez em quando alguém ia para a televisão aconselhar os brasileiros a não comprar a prazo, guardando o dinheiro numa caderneta de poupança para futura compra à vista. Enquanto isso, premidos pelas necessidades de consumo tanto tempo adiadas, os brasileiros eram ludibriados pelo comércio e pelas financeiras. Pode-se argumentar que as pessoas acreditam no que querem. Segundo tal argumentação, no fundo todos sabem que estão sendo enganados com as facilidades das compras no crediário, mas preferem isso a ter que se disciplinar.

Pode até ser, mas, além da questão moral, há uma outra que precisa ser discutida com seriedade. Os juros abusivos — muito acima daqueles cobrados nas operações entre o

Banco Central e os bancos — inibem o consumo num grau acima do que deseja o próprio governo por força das necessidades da política cambial. Esse sistema cria ineficiências econômicas que prejudicam a população e o país.

Os juros altos comumente levam à inadimplência, pondo em risco o negócio dos comerciantes e o orçamento das famílias. Enfim, sem planejamento e condições razoáveis, o consumo não pode fluir dando à economia o dinamismo necessário.

Uma outra face do descaso do governo com a economia popular é a ação dos agiotas, que agora serão caçados pela polícia, como promete o ministro da Justiça. Será formada inclusive uma comissão com membros de diversas áreas do governo para investigar a vida fiscal e outros aspectos da atividade de empresas e pessoas físicas. É muita timidez. Os agiotas agem às claras. Em Brasília, circulam livremente pela Esplanada dos Ministérios, emprestando contra a entrega de cheques pré-datados ou garantidos mediante desconto em folha de pagamento. Não há dúvida, precisamos bem mais que estabilidade de preços.